



MULTIFACES DA MÃE

Elizangela Barbosa Cardoso¹

No início do século XX, as representações que estabeleceram a maternidade enquanto experiência definidora da feminilidade, em Teresina, eram reafirmações de formas de significar o feminino, caras à cultura ocidental. Tanto o pensamento filosófico do século XVIII acerca da mulher² quanto discursos científicos produzidos no século XIX foram apropriados, no contexto, com o intuito de instituir a mulher-mãe, conforme indicam algumas crônicas do literato Clodoaldo Freitas,³ publicadas em 1911.⁴

Clodoaldo Freitas, definindo a maternidade como função imutável, que a mulher deveria cumprir, por ser um desígnio biológico – a manifestação de uma lei natural – buscava limitar as mulheres à maternidade e ao âmbito doméstico. Em suas palavras: “A natureza preparou a mulher para o lar, onde é bela, grande, incompatível”.⁵

Leitor da filosofia iluminista francesa e dos filósofos naturalistas do século XIX, Clodoaldo Freitas,⁶ na defesa da maternidade enquanto prática definidora da feminilidade, apropriava-se, por um lado, do saber científico; por outro, recorria à religião para desenvolver seus argumentos. A maternidade era a manifestação de uma lei natural e também uma expressão divina. Em seus termos: “A mulher mãe, que é mãe, transforma-se em templo digno de todas as adorações. A maternidade é o prolongamento da obra eterna de Deus criador, no amor infinito pela humanidade sempre moça e formosa.”⁷

Clodoaldo Freitas compreendia que o futuro da sociedade dependia da ação das mães. A dedicação extrema aos filhos era inscrita como prática imprescindível à socialização das novas

¹ Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

² CASNABET-CRAMPE, Michele. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto Afrontamento, 1994. v.4, p. 396-406.

³ Clodoaldo Severo Conrado Freitas nasceu na cidade de Oeiras, em sete de setembro de 1855 e faleceu em 30 de junho de 1924, em Teresina. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, magistrado, jornalista, político, poeta, ensaísta, romancista, cronista e historiador. Ver GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. p.182.

⁴ FREITAS, Clodoaldo. O feminismo. *Em roda dos fatos*. 2. ed. Teresina: F.C.M.C., 1996.

⁵ *Ibid.*, p. 71.

⁶ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998. p. 207.

⁷ FREITAS, 1996, p.93.



gerações e, respectivamente, ao futuro da pátria. Imbuída dessa tarefa civilizadora e patriótica, as mães deveriam ter nos filhos o centro de suas existências.

Os filhos, realmente, deviam ser as jóias preciosas, a moral, a devoção, a ciência, tudo no mundo para uma mulher. Preparar de uma criança tão débil, tão defeituosa, tão má, e, entretanto, tão bela e tão querida, um homem que seja útil ou grande na sua pátria, que melhor felicidade para um coração materno! Mas, na educação da mulher, não entra, como base, esse dom natural da maternidade.⁸

Ao mesmo tempo em que procurava restringir a mulher ao espaço privado, o intelectual estendia a maternidade à esfera pública, uma vez que, atuando como mãe educadora, a mulher daria uma contribuição imprescindível à pátria. Clodoaldo Freitas reconhecia na maternidade uma função social.

A associação que Clodoaldo Freitas elabora entre a maternidade e pátria deve ser compreendida em campo mais vasto de redefinição do lugar e das funções femininas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no Brasil e de sua relação com a construção da nacionalidade. Em múltiplos discursos a mulher-mãe fora ressignificada em função da sociedade e da nação. A maternidade informada por princípios racionais e científicos tornou-se basilar ao desenvolvimento nacional.⁹

No começo do século, Clodoaldo Freitas considerava que a produção de subjetividades adequadas ao mundo moderno e ao ideário republicano só seria possível através do trabalho das mães. Para o intelectual, embora a maternidade fosse considerada um dom natural, a educação, que, em sua visão, era fundamental à formação da criança, conforme os desígnios da pátria, deveria produzir a mulher-mãe. A natureza feminina deveria ser conformada pela cultura. Mesmo sendo considerada *naturalmente* mãe, a mulher teria que ser educada para a maternidade.

A defesa da educação para a maternidade como complemento do instituto maternal, presente na escrita de Clodoaldo Freitas, foi recorrente e dominante na Primeira República. Ela permeou as propostas de educação das mulheres, no Brasil, no contexto, conforme acentua Maria Martha de Luna Freire.¹⁰

O ideal de maternidade com o qual Clodoaldo se identificava implicava a redefinição das relações de poder no seio da família, pois ao tempo em que limitava a mulher aos papéis tradicionais femininos, valorizava-a a partir da maternidade, vislumbrando novos poderes sobre a educação dos filhos e das filhas, o que, por sua vez, alteraria as relações de poder entre pai e mãe. A

⁸ FREITAS, 1996, p. 73.

⁹ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003; FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mãe e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

¹⁰ FREIRE, 2009, p. 116.



mulher-mãe idealizada por Clodoaldo Freitas compartilharia com o pai o poder em relação aos filhos.

Leônidas de Castro Melo, nascido em 1897, ao rememorar sua infância, na cidade de Barras, lembra que seu pai

No trato com a família fazia questão de ser obedecido, de ser realmente o chefe. Nisso era exagerado. Nada se resolvia, nada se fazia sem a sua audiência, o seu consentimento. Fomos pois criados e educados em regime um tanto patriarcal, de austeridade e disciplina.¹¹

Na família de Leônidas, conforme rememora, o poder e a autoridade eram apanágio paterno. Conforme o modelo de mulher-mãe expresso na escrita de Clodoaldo Freitas, a mãe, símbolo de amor, também deteria autoridade e poder. A mãe deveria ser a principal responsável por nutrir, cuidar, zelar e educar os filhos e, em decorrência disso, o exercício de suas funções seria revestido de poder.

Isto implicava o compartilhamento das decisões em relação aos filhos, o que se distanciava do padrão no qual foi educado o menino Leônidas, no início do século XX, no qual o pai atuava como chefe da família e como a única pessoa que poderia tomar alguma decisão em relação aos filhos.

A crítica dos costumes que Clodoaldo Freitas elaborou nas crônicas citadas se relacionava com o ideal de República, por ele defendido. Para que a república, que, na prática era uma negação dos valores republicanos, se transformasse na república ideal, era necessário que a mulher se subjetivasse enquanto mãe de família e que suas ações fossem voltadas para o bem da pátria. Pela pátria, a mulher deveria formar as novas gerações. No universo privado, a mulher-mãe deveria criar condições que favorecessem o bem público, formando meninos e meninas que pudessem ser respectivamente cidadãos ativos e passivos.

A definição, idealização e valorização da mulher, a partir da função reprodutora, expressa na escrita de Clodoaldo Freitas, não fora uma característica específica das primeiras décadas do século XX. Clodoaldo Freitas expressara um ideal de feminino e de relações de gênero, que norteou práticas, no decorrer do período em estudo (1920-1960).

Através da educação formal, da socialização familiar, da formação religiosa e das leituras, a mulher foi representada como mãe e a maternidade inscrita como prática definidora da feminilidade. Importa destacar que a individualização feminina a partir da maternidade é uma das marcas do contexto em estudo.

¹¹ MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: 'memórias' à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI: 1976. p. 25.



Nos anos 1920, a inserção feminina na esfera pública e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, percebidas como ameaças à maternidade, desencadeou discursos que reafirmavam que o papel feminino por excelência era o de mãe, ao mesmo tempo em que aquelas que não eram percebidas como boas mães sofriam estigmatização social. No jornal *A Imprensa*, em fevereiro de 1926, por exemplo, lê-se: “A mãe que não cumpre fielmente a sua missão, não é digna desse nome, é um trambolho em casa, um perigo para a sociedade”.¹²

Dom natural e missão eram formas de significar a maternidade, a partir das quais se avaliava o desempenho das mães. Prover a educação moral e religiosa dos filhos e das filhas era responsabilidade materna. Inculcar valores e disciplina, adestrar, instituir os vínculos familiares eram atribuições da maternidade. Inscrevendo uma sensibilidade difusa no social, um homem ou uma mulher acentuava, em discurso veiculado na imprensa, que

Como mãe [a mulher] deve ter um grande cuidado da educação moral, religiosa e civil dos filhos.

Uma mãe deve ser incansável no cuidado dos filhos, não deve ser negligente, nem roubar o tempo em visitas e passeios inúteis, deixando os filhos em companhia de criadas e de pessoas suspeitas.

A casa é uma escola, e a mãe de família é a mestra, não deve fiar-se somente nos professores: deve educar, aconselhar, ensinar!

A casa é um templo e a mãe, uma sacerdotisa. Os primeiros sentimentos de religião, de temor de Deus, de caridade para o próximo, de amor filial, deve inspirá-los aos filhos. Deve ensinar-lhes a doutrina e habituá-los a recitarem as orações da manhã e da noite.

Uma boa mãe de família deve ser religiosa, fiel ao marido, humilde, santa e estar sempre em harmonia com o chefe do lar doméstico. Quanta prudência, quanta atividade, quantos sacrifícios não lhe são necessários.¹³

Nos anos 1920, as demandas feministas pelo sufrágio e pela igualdade de condições de acesso à educação e ao trabalho, bem como as possibilidades que se concretizavam, com a inserção feminina em áreas então de domínio masculino, despertaram o medo e a reação antifeminista em homens e mulheres que consideravam ameaçado o exercício da função de mãe, à época, percebida como basilar à família e à sociedade. Nesse contexto, a mulher é representada como *naturalmente* mãe, com o intuito de buscar conter e suprimir outras formas de identificação feminina, para além da maternidade e do casamento obrigatórios.

A representação da maternidade como função patriótica fora operada também nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Sobretudo, durante o Estado Novo, a relação entre maternidade e pátria se adensara, conforme pude perceber nos discursos publicados no *Diário Oficial*. Nessa conjuntura, a adoção de políticas públicas de saúde e o discurso médico que circulava no social valorizaram a mulher enquanto mãe e, ao mesmo tempo, a definiram, sobretudo, enquanto procriadora.

¹² MISSÃO da mulher na família. *A imprensa*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 6 fev. 1926.

¹³ MISSÃO da mulher na família. *A imprensa*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 6 fev. 1926.



Sob o impacto da vulgarização do saber médico, que começava a se processar, na cidade, notadamente, a partir dos anos 1930, à função de se reproduzir em muitos filhos, bem como de educá-los, somavam-se as obrigações de incorporar a puericultura na criação da prole. A sobrevivência da criança e o melhoramento da raça eram considerados tributários da inclusão de saberes modernos pelas mães.

Conforme o ideal de maternidade que se delineava, a mãe deveria, pessoalmente, nutrir, zelar, cuidar e educar os filhos e filhas, de forma racional e científica. A expectativa que as mães fossem educadas com base em princípios racionais expressa por Higino Cunha, em 1899,¹⁴ ao destacar a importância do saber pedagógico e da economia doméstica, na formação feminina, passava a englobar a higiene e a puericultura. Tratava-se da emergência, em Teresina, de um ideal de maternidade científica, que surgiu, no Brasil, na Primeira República.¹⁵ Esse modelo consistia na educação feminina para maternidade, mediante orientação médica, com o intuito de conformar as práticas das mães, a partir de princípios científicos.¹⁶

Em Teresina, a ênfase na necessidade da mãe deter conhecimentos relativos à puericultura, só se tornou visível, na imprensa local, nos anos 1930, quando médicos que trabalhavam na cidade começaram a difundir a necessidade de incorporação desse saber à maternagem.

Nesse contexto, a imprensa passou a difundir o discurso médico, atuando em prol da redefinição da maternidade, através da inclusão de noções de higiene e de puericultura. Ação compartilhada por professoras e visitadoras sanitárias, a partir de 1939, quando estas profissionais passaram a integrar o serviço de saúde pública.

No discurso oficial, de professores, professoras e médicos, desde os anos 1930, as noções de pátria e de raça associaram-se à infância. O futuro da pátria e o aprimoramento da raça, considerado uma das condições para o desenvolvimento do país, eram percebidos como dependentes da resolução dos problemas que assolavam a criança. E a alteração da condição da criança, por sua vez, tributária da educação das mães para a maternidade, a partir de preceitos científicos. A mãe era convocada a se tornar uma aliada do médico, em nome da saúde dos filhos e da respectiva grandeza da pátria.¹⁷

¹⁴ CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano VII, p. 37-52, 1924.

¹⁵ FREIRE, 2009.

¹⁶ APPLE, 1987 apud FREIRE, 2009, p. 21.

¹⁷ CORREIA, Antônio M. Aprenda a defender seu filho: conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.



A vivência da maternidade, a partir da incorporação da higiene e da puericultura era considerada uma necessidade pública, na medida em que o crescimento da população e sua saúde eram vistas como basilares ao desenvolvimento do país. O desejo de ampliar a população e, especialmente, de assegurar a vida e a saúde das crianças passava pela redefinição da maternidade.

Especialmente nas comemorações da Semana da Criança, instituídas no início dos anos 1930, professoras e médicos ressaltavam a importante função patriótica que as mães deveriam desempenhar. Em 1936, acentuava o médico Vaz da Silveira que

Dar filhos fortes à sua terra é a mais nobre manifestação do patriotismo da mulher [...]

Poderá a mulher concorrer para ter filhos fortes?

Respondemos afirmativamente, uma vez que obedeça ela às regras estabelecidas pela Eugenia, que é 'a parte da higiene que utiliza todos os conhecimentos científicos que venham a contribuir para melhorar física e mentalmente as gerações futuras. Entre as medidas aconselhadas, figura, em primeiro lugar, a que se prende à escolha do futuro esposo que não deve ser um homem doente. Em alguns países civilizados já se vai tornando obrigatório o exame pré-nupcial, com excelentes resultados.

Depois disso, merece atenção o período de gravidez: desde que apareçam os primeiros sinais, torna-se de toda conveniência ser consultado o médico [...]. A consulta ao médico não deve ser feita apenas uma vez; mas, sim, periodicamente, durante a gestação, até o nascimento do futuro cidadão que há de trazer vivas e palpitantes as aspirações de nacionalidade.¹⁸

O exercício dessa função patriótica, por sua vez, redefinia o papel de mãe, na medida em que a boa mãe passava a ser aquela que seguia preceitos modernos e se sacrificava pelo filho em nome da pátria, da nação e da raça. E, do mesmo modo, reforçava que a principal função feminina é ser mãe. Com efeito, nas décadas de 1930 e 1940, a maternidade é valorizada tanto por seu papel na promoção da saúde dos filhos quanto pela importância atribuída à formação de uma população saudável e ao aprimoramento da raça. À maternidade era atribuída função pública – a formação das novas gerações para o bem da pátria.

Esse ideário sobreviveu à queda do Estado Novo. Em outubro de 1948, em uma crônica feminina publicada no jornal *O Piauí*, acentuava-se que dar filhos à pátria, bem como criá-los, zelá-los e educá-los eram as contribuições basilares que a mulher oferecia à sociedade. Isto porque do exercício a contento desse papel dependia o futuro do país e do Estado.¹⁹

No início dos anos 1950, através de trecho da palestra ministrada na Rádio Difusora de Teresina, por Maria de Lourdes Curi, quando da realização do Curso de Auxiliares de Puericultura, em 1951, é possível perceber que a valorização da mulher, a partir da relação entre maternidade, nação e raça, permanecia.

Terminando, quero fazer sentir ao povo piauiense que as alunas do curso de 'Auxiliares de Puericultura', estão bastante satisfeitas com o êxito que felizmente estão conseguindo, pois toda mulher, no pouco conhecimento de puericultura que adquire, torna-se mais conhecedora de si própria e do importante e grandioso papel que

¹⁸ SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 230, p. 12, 13 out. 1936.

¹⁹ CRÔNICA feminina. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 399, p. 4, 9 out. 1948.



desempenha no mundo – ser mãe – e mais sabiamente poderá prestar ao filho ou à criança com quem for lidar, os seus valiosos e prestimosos serviços.

Daí o deduzirmos que, a puericultura é tão importante que propagar os seus conhecimentos, é contribuir para o engrandecimento e perfeição de uma raça.²⁰

Além do saber médico, difundido, sobretudo, a partir dos anos 1930, atuaram na conformação e valorização da mulher-mãe, o discurso e a formação religiosa, postos em circulação e em prática através da educação familiar, das associações pias, da escolarização e da leitura.

Além da formação católica recebida em casa, uma parte significativa das mulheres pertencentes aos segmentos mais abastados, no decorrer da conjuntura abordada, escolarizou-se no Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1906, cujo principal intuito era formar as moças a partir dos preceitos católicos.

Na conjuntura em que surgiu o Colégio, foram instituídos a Associação das Filhas de Maria e o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, que, ao longo do período em estudo, inculcaram preceitos da fé católica e atuaram na conformação da identidade feminina centrada na maternidade.²¹

A aproximação entre as mulheres e o catolicismo, intensificada no mundo ocidental, a partir da segunda metade do século XIX,²² se manifestara, em Teresina, desde as primeiras décadas do século XX. O apego de muitas mulheres à fé católica se expressava na frequência às missas, à comunhão, à confissão, aos retiros espirituais e às cerimônias de entronização do Coração de Jesus, nas residências das famílias católicas.²³

Em 1937, a Diocese de Teresina fundou o jornal *O Dominical*, que circulou até o início dos anos 1970. A criação do periódico somava-se a outras tentativas de instaurar uma imprensa católica, no Piauí. No passado haviam circulado os jornais *A Cruz* (1890)²⁴ e o *Apóstolo* (1907-1912).

A emergência do jornal *O Dominical*, portanto, era mais uma tentativa da Igreja em vista a instituir uma imprensa católica, através da qual buscava interferir no ordenamento social, em face à modernização da sociedade. Interferência que, por sua vez, embasava-se no investimento nas mulheres para que se subjetivassem, a partir dos preceitos católicos e os difundissem.

²⁰ CURSO de auxiliares de Puericultura. *O Piauí*, Teresina, n. 704, p. 3, 2 jun. 1951.

²¹ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

²² GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4. p. 199-238; FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 139

²³ CASTELO BRANCO, 2005, p. 144.

²⁴ PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodiaco, 1997.



Em *O Dominical*, entre o final dos anos 1940 e a década de 1950, a significação da mulher emerge enredada aos combates da Igreja contra o comunismo, o espiritismo, a má imprensa, o mau cinema e a modernização dos costumes. Pode-se dizer que os discursos que significavam a mulher situavam-se em contexto mais amplo de tomada de posição da Igreja diante do processo de dessacralização desencadeado na modernidade, sobretudo, no pós 2ª Guerra Mundial.

A despeito das décadas de 1940 e 1950 se caracterizarem pela crescente participação das mulheres de classe média no mercado de trabalho, o modelo ideal de mulher inscrito nas páginas de *O Dominical* era semelhante àquele forjado no século XIX – a mãe, a esposa e a filha.²⁵

Nos discursos veiculados no periódico, articulava-se feminilidade e maternidade. Ser mulher significava, acima de tudo, ser mãe. A condição de mãe definia e limitava a feminilidade. O papel de mãe era aquele que tornava positiva a condição feminina, que redimiria as mulheres e possibilitaria reconhecimento social e exercício do poder no seio da família. Ser mãe era uma função divina.

A expectativa expressa, no periódico, era que as moças incorporassem os papéis familiares e vivenciassem o modelo da mãe cristã. É através desse objetivo que pode ser compreendida a recorrência à representação de Maria como referência da mãe católica.

Nas páginas de *O Dominical*, argumentava-se enfaticamente que Maria era a mãe de Deus e nossa.²⁶ A co-redentora da humanidade. O modelo de perfeição feminina. O ideal de pureza e de beleza. Sinônimo de amor, de carinho, de abnegação. Mãe dolorosa, Maria era “a serena e grave doçura da maternidade, a majestade incomparável do sofrimento aureolado pela mais completa resignação”.²⁷ Era, portanto, o exemplo a ser seguido e imitado.

A referência a Maria como paradigma da mãe católica, visava encaminhar as mulheres para o lar. Era uma estratégia que buscava limitar a participação feminina no espaço público, que buscava forjar a rainha do lar. Nos anos 1950, contexto em que a emancipação feminina era vista como realidade incorporada ao cotidiano feminino, a constante referência a Maria objetivava convencer as mulheres de que a emancipação havia sido um erro²⁸. E, do mesmo modo, reafirmar a maternidade como traço definidor da feminilidade, como missão atribuída por Deus.

Nas décadas de 1940 e 1950, nas páginas do periódico, retomava-se argumento semelhante àquele defendido por Clodoaldo Freitas, nos anos 1910, ao defender que o lugar da mulher era o lar,

²⁵ GIORGIO, 1994, v. 4, p. 199-238.

²⁶ FRANCISCA. Maria, mãe de Deus e nossa! *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 18, 7 maio 1950. Página feminina, p. 3.

²⁷ M.B.A. Maria, mãe das sete dores. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 37, p. 2, 17 set. 1950.

²⁸ OS ERROS da emancipação feminina. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 49/55, p. 2, 4 dez. 1955.



que era nesse espaço que reinaria. A diferença entre um e outro discurso residia, na fundamentação. Enquanto Clodoaldo Freitas sustentava seus argumentos com base na ciência e na religião, nos discursos postos em circulação, em *O Dominical*, a definição da mulher, a partir da maternidade, delineava-se através da atribuição de missão divina ao exercício do papel de mãe.

O adensamento das atribuições maternas, conforme destacado, correspondeu ao delineamento de poderes sobre as crianças e os costumes. Responsável pela nutrição, cuidado, educação moral e religiosa, as mulheres-mães se tornaram as principais responsáveis pela disciplinarização das novas gerações. A mulher-mãe fora investida de um conjunto de funções civilizadoras, através das quais era possível exercer poder.

O poder exercido na conformação dos corpos e das novas subjetividades e o reconhecimento social de que eram alvo as mães contribuem para compreender porque muitas mulheres incorporaram a representação da mulher-mãe, subjetivando-se a partir da maternidade.

Bibliografia e Fontes

CASNABET-CRAMPE, Michele. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto Afrontamento, 1994. v.4, p. 396-406.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CORREIA, Antônio M. Aprenda a defender seu filho: conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

CRÔNICA feminina. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 399, p. 4, 9 out. 1948.

CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano VII, p. 37-52, 1924.

CURSO de auxiliares de Puericultura. *O Piauí*, Teresina, n. 704, p. 3, 2 jun. 1951.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995.

FRANCISCA. Maria, mãe de Deus e nossa! *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 18, 7 maio 1950. Página feminina, p. 3.

FREITAS, Clodoaldo. O feminismo. *Em roda dos fatos*. 2. ed. Teresina: F.C.M.C., 1996.

GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4. p. 199-238.



GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. M.B.A. Maria, mãe das sete dores. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 37, p. 2, 17 set. 1950.

MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: 'memórias' à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI: 1976. p. 25.

MISSÃO da mulher na família. *A imprensa*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 6 fev. 1926.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 230, p. 12, 13 out. 1936.